

... continuação		
10. Provisões	31/12/2025	31/12/2024
Outras provisões	650	1.326
Total	650	1.326

11. Tributos indiretos diferidos: O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica (CPC01 (IFRIC 12). A amortização desta obrigação diferida ocorrerá à medida em que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1. Devido às alterações definidas pela Reforma Tributária, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025, que determina que a partir de 01 de janeiro de 2027, o PIS e a COFINS serão extintos e substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a Companhia classifica o saldo diferido de longo prazo como outros tributos diferidos mantendo o tratamento atual deste saldo, até que a legislação defina a alíquota efetiva do CBS (ainda não determinada) para que a Companhia reflita os devidos ajustes, ressaltando que tal alteração traz impactos no gloss up da receita regulatória, e consequentemente, no fluxo de recebimento do ativo de contrato. A movimentação para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2024	Constituição	Amortização	Transferência	Saldos em 31/12/2025
PIS e COFINS diferidos	11.305	-	(9.543)	6.679	10.441
Tributos indiretos diferidos	84.598	9.672	-	(8.679)	85.591
Total	95.903	9.672	(9.543)	-	96.032

Classificados como: Circulante 11.305 10.441 Não circulante 84.598 85.591

12. Contingências: A Companhia é parte em demandas de natureza trabalhista, cível, tributária e/ou outras em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos. **12.1 Contingências passivas:** A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acredita que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Em 31 de dezembro de 2025, as reclamações relacionadas e perdas possíveis perfazem o montante de R\$ 669 (R\$ 1.248 em 31 de dezembro de 2024). **13. Partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2025, o saldo passivo com partes relacionadas no montante de R\$852 (R\$ 1.239 em 31 de dezembro de 2024) representa as despesas incorridas a serem pagas as empresas do grupo.

Parte relacionada	Vigência	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		Ativo Passivo	Ativo Passivo	Resultado	Resultado

Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos					
Argo Transmissão de energia S.A.	31/07/2029	-	532	-	641 (5.973) (3.655)
Transmissora José Maria Macedo (Argo VII)	31/07/2029	-	-	-	2
Argo IX	31/07/2029	-	-	-	8
Dividendos					
Argob		-	320	-	598
		-	852	-	1.239 (5.963) (3.655)

13.1 Remuneração da administração: A remuneração dos diretores da Companhia é paga pela Argo Transmissão de Energia S.A., com despesas compartilhadas por meio do reembolso do Contrato de Compartilhamento de Despesas. O saldo de compartilhamento de despesas encontra-se registrado na rubrica de "Despesas gerais e administrativas" no montante de R\$ 688 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 528 em 31 de dezembro de 2024). **14. Patrimônio líquido:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 251.284,785 (duzentos e cinquenta e um milhões, duzentos e oitenta e cinco mil) dividido em 251.284.711 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Acionistas	Acções ordinárias	% Acções ordinárias
Argob Energia Empreendimentos e Participações S.A.	251.284.711	100
14.1 Reservas de lucros: 14.1.1 Reserva legal: De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou o montante de R\$ 2.053 para reserva legal. 14.1.2 Reserva de lucros a Realizar: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou R\$ 27.032 para constituição de reserva de retenção de lucros com o objetivo de preservar os investimentos futuros para conclusão da linha de transmissão de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia. 14.1.3 Incentivos fiscais: Conforme laudo constitutivo nº 0255/2025, em substituição ao laudo nº 0255/2019, de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 28 de novembro de 2023 foi garantido à Companhia pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou o montante de R\$ 6.966 para reserva de incentivos fiscais. 14.2 Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei 9.249/95. Em abril de 2025, foi aprovada a proposta de dividendos adicionais no montante de R\$ 15.602. Em outubro de 2025, foi		

aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 11.800, o montante em sua totalidade foi pago ainda durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Em dezembro de 2025, a Companhia distribuiu R\$ 320 a título de dividendos mínimos obrigatórios.

	Saldos em 31/12/2024	Constituição	Pagamento	Saldos em 31/12/2025
Dividendos a pagar	598	27.722	(28.000)	320
Total	598	27.722	(28.000)	320

15. Receita operacional líquida	31/12/2025	31/12/2024
Receita de construção	5.336	54.374
Receita de remuneração do ativo da concessão	134.827	130.549
Receita de operação e manutenção	11.558	11.290
Parcela variável e outras deduções	(1.608)	(643)
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	-	20.100
Outras receitas	150.713	215.921
Receita bruta	(2.789)	(9.996)
(-) PIS e COFINS sobre ativo da concessão	(10.429)	(9.135)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(1.530)	(1.332)
(-) Encargos regulatórios	135.965	195.458
Receita operacional líquida	135.965	195.458

16. Custos e despesas por natureza	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros	(10.068)	(9.437)
Custo de construção	(4.848)	(46.909)
equivalentes de caixa	(5.244)	(4.310)
Arrendamentos e alugueis	(166)	(162)
Fundos vinculados - caixa	(187)	(3)
Seguros	(387)	(308)
Tributos	(75)	(50)
Materiais	(147)	(135)
Outras receitas operacionais	5	-
Revisão tarifária periódica	(26.094)	-
Outros	(88)	(132)
Total	(47.299)	(61.446)
Valores alocados a:		
Custos de construção	(4.848)	(46.909)
Custos de operação e manutenção	(12.734)	(11.363)
Despesas gerais e administrativas	(3.627)	(3.174)
Outras despesas e receitas operacionais (*)	(26.090)	-
(*) Montante referente ao impacto da RTP conforme nota explicativa nº 1.2.		

17. Resultado financeiro	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras:	6.404	4.598
Receitas de aplicações financeiras	(309)	(215)
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras	247	507
Outras receitas financeiras	6.342	4.890
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(221)	(634)
Juros e variação monetária	(42.386)	(39.552)
Adições excludentes permanentes	(808)	(655)
Outras despesas financeiras	(43.415)	(40.841)
Total	(37.073)	(35.951)

18.1 Resultado financeiro

18.1.1 Resultado de renda e contribuição social: **18.1.1 Reconciliação da alíquota efetiva:** A conciliação da despesa calculada pelo método do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado de, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

18.2 Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	51.593	98.061
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(17.542)	(33.341)
Incentivos fiscais (*)	6.970	3.866
Bônus diretores (IRPJ) 25%	23	114
Bônus diretores (IRPJ) 25%	(21)	(44)
(+) Outros	28	(1.544)
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(8.179)	(27.640)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(2.363)	(1.309)
Alíquota efetiva	20%	30%

(*) Devido ao fato de sua linha de transmissão estar situada na área da SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado de, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Saldos em 31 de dezembro de 2023	Ativo (a)	Passivo (b)	Líquido
Utilização de prejuízo fiscal (a)	16.965	(111.671)	(94.706)
Contratos de concessão (b)	22.826	-	22.826
Saldos em 31 de dezembro de 2024	39.791	(162.137)	(122.346)
Utilização de prejuízo fiscal (a)	(1.354)	-	(1.354)
Contratos de concessão (b)	7.110	(119.935)	(6.825)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	45.547	(176.072)	(130.525)

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção e receita financeira pela remuneração dos ativos de contrato. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 - "Receita de contrato com cliente (IFRS 15 - Revenue from contract with customer)", requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfazida ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíam, dentre outros: (i) avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados a execução do contrato; (ii) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo de contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção e dos custos incorridos, para projetos de reforços da infraestrutura existente; (iv) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (v) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; (viii) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e resoluções homologatórias emitidas pelo órgão regulador, e recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos de contrato, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP), e (iv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sob a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 31 de janeiro de 2025 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de

(a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do contrato de concessão. (b) Originam-se dos contratos de concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de concessão CPC 47 (IFRS 15) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

19. Resultado por ação	31/12/2025	31/12/2024
Resultado básico por ação	31/12/2025	31/12/2024
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	41.051	69.112
Denominador:		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	251.284.711	251.284.711
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária	0,1634	0,2750
(R\$ por ação)		

20. Instrumentos financeiros:	20.1 Hierarquia do valor justo	Hierar-	Valor Justo	Valor Contábil
	Nota	quia	31/12/2025	31/12/2024
			31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros:				
Valor justo por meio do resultado:				
Conta corrente bancária e equivalentes de caixa	4	1	5.145	4.151
Títulos e valores mobiliários	5.1	2	10.476	16.917
Fundos vinculados - caixa restrito	5.2	2	30.427	27.578
Total			46.048	48.646
Custo amortizado:				
Contas a receber de clientes	6		10.157	14.837
Total			10.157	14.837
Passivos financeiros:				
Custo amortizado:				
Fornecedores	8		1.186	3.616
Empréstimos e financiamentos	8		322.618	334.909
Debitantes	11		67.040	80.613
Partes relacionadas	13		(852)	(1.239)
Dividendos a pagar	14		320	598
Outros passivos			7.228	6.213
Total			399.242	427.188
Total			399.308	427.889

Os instrumentos financeiros cotados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros: • Nível 1 - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e igualmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, grupo de negócios ou outro mercado organizado e acessível aos participantes. No caso das debêntures, o mercado é o mercado de títulos e valores mobiliários. • Nível 2 - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • Nível 3 - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas em dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

20.2 Técnicas de avaliação e informações utilizadas para determinação do valor justo: Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras. Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras. Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias. Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures, é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado e juros trazidos a valor presente utilizando como taxa de desconto real o CDI na data findo em 31 de dezembro de 2025. **20.3 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez. **20.3.1 Risco de Crédito:** Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios. O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, desse modo, o risco de crédito é baixo. Em 31 de dezembro de 2025, a exposição máxima do risco de crédito de contas a receber de clientes é de R\$ 15.952 (R\$ 14.837 em 31 de dezembro de 2024). **20.3.2 Risco de Capital:** A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas

as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. **20.3.3 Risco de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionada são as taxas de juros. A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) Empréstimos e debêntures. **20.3.4 Risco de liquidez:** A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por taxa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2025, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores	1.186	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	29.643	28.824	32.992	231.159
Debitantes	15.402	11.751	9.401	30.552
Partes relacionadas a pagar	53	-	-	-
Total	46.764	40.575	42.393	261.711

20.4 Análise de sensibilidade: A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes: O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2025, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data das demonstrações financeiras, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 12,15% ao ano, para o IPCA, é de 4,06% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2025 é de 8,05% ao ano. Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada. O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

					Cenário
Operação	Risco	Total	I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	5.145	625	469	313
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	10.476	1.273	95	637
Fundos vinculados - caixa restritos	Redução do CDI	30.427	3.697	2.773	1.849
Total		46.048	5.595	4.197	2.799
Empréstimos e financiamentos	Aumento da TJLP	322.618	25.971	19.478	12.986
Debitantes	Aumento do IPCA	67.040	2.722	2.042	1.361
Total		389.658	28.693	21.520	14.347

21. Seguros: Companhia adota procedimento de cobertura de seguros para ativos sujeitos a riscos em quantias consideradas suficientes pela Administração para cobrir possíveis perdas e riscos, considerando a natureza da atividade. Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros é como segue:

Tipo </
